



Atuação do(a) professor(a) em espaços não formais contribuição no processo de alfabetização e letramento.

Ravena dos Santos Nascimento

UNEB (Brasil)

nsravena@gmail.com

Aline de Oliveira Andrade

UNEB (Brasil)

alineandrade@uneb.br

Resumo: O trabalho reflete a atuação de pedagogos em espaços não formais de educação como podem contribuir para os processos de alfabetização e letramento, especialmente no contexto dos movimentos sociais. Essa análise desenvolve-se a partir da perspectiva da educação popular, através de Freire (2005) e Arroyo (2012). Discute-se o papel do professor como mediador cultural, que propõe práticas pedagógicas contextualizadas e emancipatórias. Apresenta-se reflexões acerca da importância de integrar saberes locais, recursos lúdicos e produções coletivas. Compreende-se que o pedagogo tem papel ativo e significativo podendo contribuir para o desenvolvimento dos movimentos sociais.

Palavras-chave: educação; educação não-formal; movimentos sociais.

Introdução

Ao longo de sua história, o Brasil enfrenta o desafio de alfabetizar em tempo escolar todos os alunos matriculados nas escolas, contudo, o analfabetismo é uma realidade que permeia a história da educação brasileira. Logo, este trabalho versa sobre discutir acerca da atuação de professores em espaços não formais de educação e suas contribuições para alfabetizar e letrar sujeitos que fazem parte de movimentos sociais.

De acordo com o Censo (IBGE, 2022) a taxa de analfabetismo corresponde a 7% da população, essa porcentagem destaca-se em maior número na Região Nordeste com 14,2% que se representa como o dobro da média nacional. Sendo assim, a conjuntura social requer a somatória de esforços: programas sociais, políticas públicas, investimentos e ações da sociedade civil que juntos venham corroborar para mitigar esses dados. Nos últimos anos, percebeu-se que a alfabetização – processo de aprender a decodificar letras – e o letramento – apropriação crítica das competências de leitura e escrita – não se reduzem à escola formal.

No Brasil, o conceito de alfabetização tem sido ampliado para incluir a habilidade de usar a escrita em contextos reais. Assim, o letramento implica “fazer uso da leitura e da

escrita” além de simplesmente aprender o código escrito. Esse entendimento alinha-se à visão de que a aprendizagem deve conectar-se à vida cotidiana.

A educação não formal tem se consolidado como espaço estratégico de formação humana integral, por reconhecer e legitimar conhecimentos produzidos no cotidiano e na interação comunitária (FREIRE, 1996). Nos contextos dos movimentos sociais, essas práticas se ampliam, uma vez que o trabalho coletivo e a autogestão se configuram como processos educativos contínuos. Aprender nesses espaços é também cooperar, partilhar experiências e construir soluções coletivas, promovendo o desenvolvimento de competências sociais e de cidadania.

Mediante o exposto o presente trabalho dialoga na perspectiva da educação não formal e as possibilidades de atuação do(a) professor(a) em diferentes espaços formativos. Assim, o trabalho está estruturado em: Educação não formal: definições, características e potências, que aborda sobre os conceitos de educação forma, educação informal e educação não formal, apresentando ao leitor as diferenças e semelhanças entre elas; A Educação Não Formal e o contexto Brasileiro: entre a resistência e a emancipação, que elucida sobre aspectos históricos e vinculação dos movimentos sociais; Educação não formal e movimentos sociais, que aborda a relação existente da prática da educação não formal nos movimentos sociais.

Em seguida o tópico: o papel do(a) professor(a), dialogando com as estratégias didáticas para atuação profissional na educação não formal; O Letramento como prática emancipadora na Educação Não Formal, tópico que aprofunda a dimensão da alfabetização e do letramento; Contribuições para alfabetização e letramento, este é o penúltimo tópico e apresenta reflexões sobre a prática social. Para finalização há as considerações finais que retoma o objetivo e faz reflexões.

Educação não formal: definições, características e potências.

A educação, enquanto fenômeno humano, transcende os limites institucionais e se configura como um processo histórico, social e cultural profundamente enraizado nas relações de poder e nas dinâmicas de transformação da sociedade. Mais do que a transmissão de conhecimentos, ela constitui um ato político e civilizatório, que expressa as formas pelas quais os seres humanos produzem, compartilham e legitimam saberes. Assim, a educação se manifesta nas múltiplas dimensões da vida — familiar, comunitária, produtiva, simbólica e

política — assumindo diferentes configurações conforme os contextos históricos e as necessidades coletivas.

Ao longo da história, a educação foi apropriada por diferentes projetos de sociedade. Em determinados momentos, serviu como instrumento de manutenção da ordem social e de reprodução das desigualdades, limitando o acesso ao conhecimento às classes dominantes; em outros, foi compreendida como prática emancipatória e libertadora, capaz de promover a consciência crítica e a transformação social. Nesse sentido, Paulo Freire (1996) já afirmava que “a educação é um ato político, e o educador deve escolher entre ser um reproduzidor da ideologia dominante ou um agente da libertação dos oprimidos.”

Essa visão amplia o entendimento da educação para além do espaço escolar, situando-a como parte do movimento histórico de luta pela humanização. A partir dessa perspectiva ampla, a distinção entre as formas de educação formal, não formal e informal não deve ser compreendida como uma hierarquia rígida, mas como uma coexistência dialética, na qual cada modalidade responde a diferentes funções sociais e se complementa nas práticas educativas. A educação, em sua totalidade, é um sistema vivo de trocas de saberes e experiências — uma teia de interações que reflete as contradições, desafios e esperanças das sociedades contemporâneas.

Compreender a educação a partir de suas três dimensões — formal, não formal e informal — significa reconhecer que o ato de educar não se limita às paredes da escola, mas se estende por todos os espaços onde o ser humano vive, trabalha e sonha. Cada modalidade possui seu papel histórico e social, mas é na articulação entre elas que se encontra a potência transformadora da educação.

Educação Formal

A educação formal é aquela institucionalizada pelo Estado, estruturada em sistemas de ensino com currículos oficiais, metodologias padronizadas e processos de certificação. É o tipo de educação mais amplamente reconhecido, pois organiza o conhecimento de forma sistemática, estabelecendo etapas progressivas e metas de aprendizagem. Contudo, essa modalidade, embora indispensável para o desenvolvimento científico e profissional, frequentemente opera segundo uma lógica excludente e meritocrática, que privilegia determinados grupos sociais e marginaliza saberes locais e populares. Como afirma Gadotti (2009, p. 45), a escola, tal como a conhecemos, é produto de uma sociedade desigual e

competitiva. Ela tende a reproduzir as relações de poder existentes, ao invés de questioná-las, quando ignora a experiência dos educandos e a riqueza cultural dos povos.

Essa crítica ressalta que, ao se fechar em currículos rígidos e avaliações normativas, a educação formal pode afastar-se de seu papel formador integral, reduzindo o aprender ao memorizar e o ensinar ao controlar. Além disso, é importante destacar que essa modalidade é regida por leis e normativas próprias, que garantem sua estrutura e funcionamento, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares, os quais orientam as práticas pedagógicas e definem as finalidades da educação básica e superior no Brasil.

Educação Informal

Em contraposição, a educação informal ocorre de maneira espontânea, natural e não sistematizada. Ela nasce das interações humanas cotidianas — nas conversas, nas práticas familiares, nas tradições culturais e religiosas, no trabalho e na convivência comunitária. É um processo contínuo e não intencional de aprendizagem, que permeia todas as etapas da vida. Trilla (1996, p. 21) descreve que a educação informal se dá de forma difusa, sem intencionalidade pedagógica explícita, mas é justamente sua espontaneidade que a torna permanente. Ninguém escapa da educação informal, pois ela se encontra em todas as relações sociais, moldando atitudes, valores e modos de ver o mundo.

Embora menos visível, a educação informal é a base sobre a qual se constroem outras formas de aprendizagem. É por meio dela que os indivíduos internalizam hábitos, valores e identidades culturais que sustentam sua inserção na sociedade. Assim, a educação formal e a informal não se opõem, mas se complementam, uma vez que ambas cumprem papéis formativos essenciais. Enquanto a formal sistematiza o conhecimento científico, a informal o enraíza nas vivências cotidianas, favorecendo uma educação integral que abrange razão, sensibilidade e pertencimento.

Educação Não Formal

Entre essas duas dimensões, situa-se a educação não formal, que representa um espaço híbrido, intencional, organizado e participativo, mas não submetido à rigidez curricular e institucional da educação formal. Desenvolve-se em contextos coletivos como movimentos sociais, associações, cooperativas, Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas,

sindicatos e projetos de extensão universitária, assumindo metodologias flexíveis e adaptadas à realidade dos participantes.

Gohn (2006) afirma que a educação não formal ocorre fora da estrutura da escola, mas é profundamente educativa, pois forma sujeitos políticos e cidadãos conscientes. Ela se organiza a partir da experiência, da vivência e do diálogo, buscando sempre o fortalecimento da autonomia e da identidade coletiva.

Dessa forma, a educação não formal amplia as fronteiras do ato de aprender, reconhecendo que a aprendizagem é um processo social contínuo e emancipatório. Ela parte da experiência e do saber vivido, atribuindo centralidade ao sujeito e ao seu contexto cultural. Nesses espaços, o conhecimento é construído pela prática, pelo diálogo e pela cooperação, e não apenas pela transmissão vertical de conteúdo. Paulo Freire (2001, p.79) sintetiza esse princípio ao afirmar: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Essa perspectiva reflete a essência da educação não formal: o aprendizado compartilhado, a escuta, a problematização e a ação coletiva. É um processo de formação que integra a teoria à prática, a reflexão à experiência, o conhecimento científico ao saber popular.

A Educação Não Formal e o contexto Brasileiro: entre a resistência e a emancipação.

No Brasil, a consolidação da educação não formal está intrinsecamente ligada ao processo de redemocratização do país e à emergência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, que reivindicavam direitos, cidadania e acesso ao conhecimento. Nesse cenário, a educação popular freireana tornou-se um eixo orientador para a criação de práticas educativas voltadas à emancipação dos sujeitos.

A educação não formal nasce e se fortalece na luta social, como instrumento de conscientização e de organização coletiva. “Ela é o espaço onde os sujeitos populares constroem saberes a partir de suas próprias experiências, reconhecendo-se como protagonistas de sua história e agentes da transformação social.” (GOHN, 2006, p. 41)

Dessa forma, a educação não formal não surge apenas como resposta às limitações da escola, mas como alternativa política e epistemológica, que propõe uma nova forma de compreender o conhecimento e a aprendizagem. Nessa perspectiva, o saber deixa de ser privilégio de poucos e passa a ser direito de todos — especialmente daqueles que,

historicamente, foram excluídos dos espaços formais de ensino, como as mulheres rurais, os trabalhadores do campo e das periferias urbanas.

A partir das contribuições de Gadotti (2009), pode-se compreender que a educação não formal representa um projeto ético e político de sociedade, fundamentado em valores como solidariedade, cooperação e justiça social. O autor enfatiza que:

Educar é um ato de esperança, de luta e de resistência. A educação não formal, ao promover o encontro entre saberes acadêmicos e populares, reconfigura o sentido da prática pedagógica, transformando-a em um processo de humanização e libertação. (Gadotti, 2009).

Essas reflexões mostram que a educação não formal possui uma dimensão dupla: pedagógica e política. Pedagógica, porque se constrói no fazer educativo cotidiano, nas trocas de saberes e nas experiências vividas. Política, porque busca a emancipação dos sujeitos e a transformação das estruturas de dominação que atravessam a sociedade.

Educação não formal e movimentos sociais

Espaços não formais são iniciativas educativas fora do currículo escolar – a exemplo: grupos comunitários, organizações não governamentais (ONGs), museus ou movimentos sociais. Neles, a educação é sistemática e intencional, mas adaptada a públicos específicos. Os movimentos sociais, em especial, atuam como esses espaços de aprendizagem coletiva: promovem debates sobre problemas reais e constroem saberes técnicos, éticos e políticos. Em suma, tratam-se de ambientes em que os participantes desenvolvem aprendizagens e constroem saberes sobre seus direitos e deveres coletivos.

Freire e Nogueira (apud Lucena, Caramelo e Silva, 2019) destacam que “os movimentos sociais populares são considerados a grande escola da vida”, onde ações de transformação convivem com reflexão crítica. Comunga com esse pensamento a pesquisadora e militante Roseli Caldart, quando define que “os movimentos sociais têm sido espaços educativos fundamentais, nos quais os sujeitos aprendem a ler o mundo, a organizar-se coletivamente e a lutar por transformações sociais que expressem seus projetos de vida e de sociedade.” (Caldart, 2004, p. 27)

Isso sugere que a educação popular no movimento social pode impulsionar uma alfabetização emancipadora, vinculado ao “ler o mundo” ao “ler a palavra”. Destarte, os movimentos sociais têm promovido formações organizadas e direcionada para quem mais

precisa, para isso contam por profissionais que concluíram a graduação em licenciatura e constroem propostas pedagógicas levando em consideração os saberes, as vivências e os conhecimentos escolares.

A educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços coletivos. Ela não é organizada por currículos escolares, mas por práticas sociais que articulam saberes e fazeres na convivência, na participação e na ação comunitária. Ela contribui para a formação social e política dos sujeitos, fortalecendo sua atuação na sociedade civil e ampliando suas capacidades de intervenção na realidade. (Gohn, 2011)

A educação construída através do movimento da vida, oportuniza um processo dialéticos de aprender e ensinar a partir das relações construídas. Neste sentido a educação não formal se estabelece e caracteriza-se como espaço de saberes, de afetividade e também capaz de possibilitar uma formação social, crítica e reflexiva a partir de agentes e contextos que fomenta os pensamentos e práticas dos sujeitos.

Os(as) pedagogos(as) podem ser agentes ativos no processo de construção de uma formação crítica e reflexiva a partir da realidade social que ele(a) atua dentro do movimento ou no espaço comunitário, para tal faz-se necessário o envolvimento com o ambiente e seus sujeitos, possibilitando a construção de pontes de saberes.

O papel do(a) professor(a)

Nesse contexto, o(a) professor(a) torna-se um(a) mediador cultural e agente de mudança. Pesquisas (Fernandes, 2012; Kolling, Vargas, Caldart, 2012) mostram como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desenvolvido a educação através dos professores atentos às práticas de leitura e escrita dos jovens fora da escola – como relatos do trabalho no campo, grafismos ou textos pessoais – adaptam seus materiais e atividades a esses saberes extraescolares. Isso transforma a alfabetização em diálogo com a realidade social.

[...] mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos. (Freire, 2019, p. 13)

O(a) professor(a) em espaços não formais pode: I) Integrar conteúdos locais: usar narrativas regionais ou jornais comunitários em atividades de leitura e escrita, conectando a aprendizagem à vivência dos alunos. II) Métodos lúdicos: empregar jogos de linguagem, dramatizações e oficinas de contação de histórias para despertar o interesse pela leitura. III) Produções coletivas: estimular projetos como jornais murais ou blogs comunitários, em que os alunos criam textos autênticos e compartilham saberes. IV) Uso de multimídia: incorporar vídeos, músicas e recursos digitais para explorar diferentes gêneros textuais de modo atrativo.

Essas estratégias favorecem um letramento mais ativo e criativo, pois mobilizam linguagem oral, corporal e tecnológica. Conforme Freire “nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (2005, p. 100). O(a) pedagogo(a) a partir da sua formação acadêmica e de mundo pode desenvolver metodologias e estratégias pedagógicas que fortaleçam a construção de novos conhecimentos a partir da realidade dos sujeitos.

O Letramento como prática emancipadora na Educação Não Formal

A compreensão de Magda Soares (2010) amplia a noção tradicional de alfabetização ao deslocá-la do campo puramente técnico — centrado na decodificação de códigos linguísticos — para um campo sociocultural e político, no qual ler e escrever são práticas que conferem sentido à vida em comunidade. Em diálogo com a concepção emancipadora de Gadotti, o pensamento de Soares reforça que a educação não formal também se expressa nos processos cotidianos de letramento, em que o aprender a ler e escrever se vincula à realidade e à cultura dos sujeitos.

Para Soares, alfabetizar é também letrar, isto é, possibilitar que o sujeito participe das múltiplas formas de comunicação e expressão que permeiam o cotidiano, tornando-se agente de sua própria história. Nessa perspectiva, a alfabetização não se limita ao domínio do código escrito, mas se torna um processo de inserção crítica na cultura letrada. A autora afirma:

A alfabetização é apenas um aspecto do letramento. Aprender a ler e escrever é importante, mas insuficiente se não se fizer parte das práticas sociais de leitura e escrita. É necessário compreender que o letramento é um fenômeno social, que implica modos de ser, de viver e de participar em uma sociedade organizada pela escrita. (Soares, 2010, p. 18).

Essa abordagem converge profundamente com a concepção freireana de educação, para quem a leitura da palavra está intrinsecamente ligada à leitura do mundo. Freire enfatiza:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra. A leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Ler não é apenas decifrar letras, mas compreender criticamente o contexto em que se vive, é reconhecer-se como sujeito capaz de nomear e transformar o mundo. (Freire, 1989, p.9)

Tanto Freire quanto Soares, portanto, compreendem a alfabetização como uma prática de libertação — uma ação que ultrapassa o ensino técnico da escrita e promove o desenvolvimento da consciência crítica. Essa visão ganha relevância especial nos espaços de educação não formal, onde o aprendizado acontece de maneira contextualizada e significativa, vinculado à vida e ao trabalho das pessoas.

Nas cooperativas, associações e projetos comunitários, o letramento se manifesta em atividades como escrever registros de produção, preencher lista de presença, elaborar rótulos de produtos ou preparar cartazes para feiras. São práticas simples, mas carregadas de sentido educativo e político, pois inserem as pessoas nas práticas sociais da escrita e da cidadania. Gohn reforça essa dimensão ao afirmar:

A educação não formal valoriza o saber prático e o conhecimento da vida cotidiana. Ela reconhece que o ato de aprender está presente nas tarefas diárias, nas formas de organização coletiva e nas relações comunitárias. Nesses espaços, alfabetizar é também incluir socialmente. (Gohn, 2010, p. 33)

Em uma perspectiva freireana, esse processo configura uma verdadeira “práxis alfabetizadora”, na qual o aprendizado nasce da relação entre reflexão e ação, entre palavra e realidade. Freire (1996, p. 44) destaca: “Ninguém é verdadeiramente alfabetizado se não é capaz de ler criticamente o mundo, de perceber as relações de poder que o constituem e de intervir para transformá-lo.”

Gadotti (2009, p. 61) complementa esse pensamento ao afirmar que: “Educar é humanizar-se e humanizar o outro. É criar as condições para que todos possam ler e escrever o mundo, tornando-se autores de suas próprias histórias.” Assim, a alfabetização e o letramento, quando compreendidos sob a ótica da educação não formal, deixam de ser apenas processos cognitivos para se tornarem experiências sociais, políticas e emancipatórias.

Contribuições para alfabetização e letramento

As práticas de alfabetização em espaços não formais costumam resultar em aprendizagens profundas. Pesquisas como a de Soares (2021) e Magalhães (2023) mostram que organizações comunitárias promovem letramentos colaborativos e multimodais. Os

educadores exploram, simultaneamente, a oralidade, o corpo e o afeto com o texto escrito, permitindo que os participantes expressem suas ideias com autonomia e segurança.

Dessa forma, os jovens ampliam sua competência leitora e escritora: não apenas decodificam o código escrito, mas o usam para construir sentido e interagir socialmente em contextos diversos. Esses processos reforçam a alfabetização enquanto prática social e cidadã, e podem ser desenvolvidos em espaços sociais e coletivos.

Magda Soares compreende que “o letramento não se restringe à escola: ele se desenvolve também em outros espaços sociais, como associações comunitárias, igrejas, sindicatos e movimentos sociais, nos quais a leitura e a escrita assumem funções práticas e simbólicas de participação e de cidadania (Soares, 2004, p. 40) Desse modo, a alfabetização e letramento se constrói a partir da vivência coletiva, na construção de objetivos em comum e efetivam-se com base na atuação e reflexão dos sujeitos.

A efetivação da alfabetização e do letramento é mediado pelo(a) pedagogo(a) com a finalidade de contribuir com a prática social. Ampliando a compreensão de mundo e ofertando condições para os sujeitos buscarem direitos e reivindicarem espaços. O que possibilita ao pedagogo(a) ser e atuar como mediador cultural, que propõe práticas pedagógicas contextualizadas e emancipatórias. Ultrapassando, portanto, a dimensão técnica do processo de alfabetizar e ressaltando os impactos que o processo de alfabetização e letramento pode gerar na vida e conseqüentemente nos movimentos sociais que participam, bem como, refletindo na sociedade como um todo.

Considerações finais

A atuação do(a) professor(a) em espaços não formais – especialmente em parceria com movimentos sociais – potencializa o processo de alfabetização e letramento. Nesses contextos, a educação não formal cria situações em que “ler o mundo” caminha junto à aprendizagem da leitura e da escrita. Tornando o processo significativo e contextualizado com os movimentos que os sujeitos integram.

Os participantes desses espaços desenvolvem saberes sobre seus direitos e deveres coletivos. Ao propor atividades de leitura e escrita conectadas à realidade social, o educador promove não só habilidades técnicas, mas a formação de sujeitos críticos capazes de transformar sua realidade por meio da linguagem.



Portanto, compreende-se que o(a) pedagogo(a) tem papel ativo e significativo nos espaços não formais de educação, podendo contribuir para o desenvolvimento dos movimentos sociais através da atuação contextualizada e fundamentada nos princípios de Paulo Freire para o processo de alfabetização e letramento.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ARROYO, Miguel. Educadores(as) nas ruas: pedagogia e pedagogos/as sociais. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 498.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 91. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 9.

GADOTTI, Moacir. *Educação popular: história, filosofia e métodos*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: www.ibge.gov.br

MAGALHÃES, J. E. P. *Função sociopolítica da educação e o papel dos pedagogos na educação não-escolar: âmbitos de atuação político-pedagógicos e campos teórico-profissionais*. *Olhar de Professor*, [S. l.], v. 26, p. 1–23, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.21101.039. Disponível em:



<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/21101>. Acesso em: 23 jul. 2025.

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. MST e Educação. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org.). Dicionário da Educação do Campo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 502.

LUCENA, H. M. A.; CAMELO, J. C. P.; SILVA, S. B. *Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo*. Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 174, 2019.

TRILLA, B. *La educación no formal*. Barcelona: Paidós, 1996.

SAAD, M.; VÓVIO, C. L. Letramentos em um contexto de educação não formal: uma fusão de forças. Educação em Revista, v. 39, 2023.

SANTOS, S. C. do P.; FERREIRA, A. J. *Práticas de letramento e identidades sociais no MST*. Seminário UFRGS, 2002.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, v. 7, 2004.

SOARES, Silvon Ferreira dos Santos. Atuação do pedagogo em espaços não formais de educação. 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3356/5/TCC%20-%20Monografia%20Pedagogia%20-20Silvon%20Ferreira%20dos%20Santos%20Soares.pdf> Acessado em 14 de out. 2025.

SILVEIRA, F. T. da. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 53, 2013.